

HABEAS CORPUS Nº 401.344 - SP (2017/0123697-0)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : EUGÊNIO CARLO BALLIANO MALAVASI E OUTRO
ADVOGADOS : ANTÔNIO MOACYR DE FREITAS BRAGA - SP004997
PATRICK RAASCH CARDOSO - SP191770
EUGENIO CARLO BALLIANO MALAVASI - SP0127964
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : A C DOS S F (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. PLEITO DE LIBERDADE PROVISÓRIA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. LIMINAR CONCEDIDA. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. NOVO TÍTULO. PREJUDICIALIDADE. Writ prejudicado. Cassada a liminar.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de **A C dos S F**, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo, que indeferiu o pedido liminar nos autos do *Habeas Corpus* n. 2084227-93.2017.8.26.0000.

Verifica-se dos autos que a paciente foi denunciada como incurso nos arts. 288 do Código Penal, 224-B da Lei n. 8.069/1990, art. 171, § 3º, e 305 do Código Penal.

Alega-se que *a custódia cautelar foi decretada de forma genérica e com argumentos abstratos quanto à presença dos fundamentos da "garantia da ordem pública" e da "conveniência da instrução criminal". Aduz, ainda, que a prisão foi decretada após quase 5 anos da instauração do PIC, o que, por si só, demonstra a inexistência de risco com a manutenção de sua liberdade* (fl. 8).

Requer-se, então, seja concedida a ordem para revogar a prisão preventiva, com a expedição de alvará de soltura em nome da paciente.

Em 30/5/2017, deferi a liminar a fim de revogar a prisão preventiva da paciente, com a ressalva da possibilidade de decretação de nova prisão, bem

como de aplicação de medidas cautelares a serem fixadas pelo Juízo de origem (fls. 1.084/1.086).

Prestadas as informações, o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento da ordem (fls. 1.166/1.169).

É o relatório.

Sucede que o *writ* está prejudicado.

Há notícia obtida no portal eletrônico do Tribunal local de que, em 22/1/2019, sobreveio o julgamento da ação penal (Autos n. 0001933-87.2016.8.26.0247), ocasião em que a ora paciente foi condenada à pena final de 1 ano e 3 meses de reclusão, no regime inicial semiaberto, sendo-lhe concedido o direito de apelar em liberdade.

Tal o contexto, a liberdade da paciente não advém mais da decisão liminar de fls. 1.084/1.086, mas da sentença do Juízo processante que concluiu pela fixação do regime semiaberto, com o direito de recorrer em liberdade.

Ante o exposto, **julgo prejudicado** o *habeas corpus*, por perda superveniente do objeto (art. 34, XI, do RISTJ), **cassada** a liminar.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator